

INCLUSÃO: O SUJEITO SURDO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Paola Rodrigues Mota

Faculdade Eficaz de Maringá/PR

aloap.olapa@hotmail.com

Resumo

O trabalho versa a respeito do tema que o intitula, Inclusão: O Sujeito Surdo na Sociedade Brasileira, desafios e implicações que o envolvem. Atualmente, como o deficiente auditivo (surdo) é tratado? Quais são as oportunidades que lhe são oferecidas? Como ele é visto pela sociedade? O surdo como um ser social é merecedor de respeito, precisa ser visto como alguém que pode e deve exercer sua cidadania. Tal exercício deve começar desde a infância em seu processo de educação. Sabemos que a Educação Inclusiva para surdos não é uma utopia, mas o que temos visto atualmente está muito distante de ser de fato uma inclusão, já que em muitos casos os surdos são “jogados” em salas de aula com ou sem intérprete, sem a oportunidade de expressão e comunicação com os demais. O surdo (deficiente auditivo) é uma pessoa capaz de aprender, desenvolver-se e trazer contribuições significativas para a nossa sociedade.

Palavras-chave: educação especial e inclusiva - surdez - cidadania

Abstract

The work is about the theme that the entitled, Inclusion: The Person Deaf in Brazilian Society, challenges and implications that involve. Presently, as the hearing impaired (deaf) are treated? What are the opportunities that are offered to them? As it is seen by society? The deaf as a social being is worthy of respect, needs to be seen as someone who can and should exercise their rights as a citizen. Such an exercise should start since childhood in their education process. We know that the Inclusive Education for deafs is not a utopia, but what we have seen today is very far from being in fact a inclusion, since in many cases the deafs are "thrown" in classrooms with or without an interpreter, without the opportunity for expression and communication with the others. The deaf



(hearing impaired) is a person who is able to learn, develop and give significant contributions for our society.

Keywords: special education and inclusive - deafness - citizenship

Introdução

Sabe-se que as lutas voltadas para a Educação Especial aqui no Brasil deram-se muito tarde, especificamente na área da educação de surdos, embora uma das primeiras e mais conhecidas conquistas da história da Educação Especial se deu relacionada diretamente à educação de pessoas surdas, ainda temos muito a conquistar, aprender e melhorar.

“Pois há um outro, em meio a nossas temporalidades e a nossas espacialidades, que foi e ainda é inventado, produzido, fabricado, (re)conhecido, olhado, representado e institucionalmente governado em termos daquilo que se poderia chamar um outro deficiente, ou então, ainda que seja o mesmo, uma alteridade deficiente, ou então, ainda que não seja o mesmo, um outro anormal, uma alteridade anormal.

Existe um outro que antes, durante e depois de tantas guerras, prisões, exércitos, escolas comuns e especiais, hospitais, religiões, fábricas, manicômios etc. foi e ainda é pensado, percebido e sentido como uma espécie de mente obscura e selvagem, um movimento desigual e perigoso, uma atenção para outro lugar, um comportamento que espreita, um tipo de linguagem de ausências, arritmias e sem-sentidos.” (SKLIAR, 2003, p. 152)

Em toda a trajetória de conquistas em relação à sociedade surda, havia algum pré-conceito, alguma ideia formada de que aquilo era o certo e o restante deveria ser abolido, como por exemplo, a comunicação através de sinais, em quase toda a trajetória até a conquista e seu reconhecimento como língua, foi algo questionado, que gerou muitas dúvidas, chegando até mesmo a ser proibido o seu uso entre a comunidade surda.

A surdez profunda na infância é mais que um diagnóstico médico, é um fenômeno cultural com padrões e problemas sociais, emocionais, linguísticos e intelectuais que estão inextricavelmente ligados (SACKS, 2005).

As oportunidades que são dadas aos ouvintes precisam ser dadas também aos surdos, porque todos são iguais perante a Lei, isso é um direito constitucional! O surdo precisa ser visto como um cidadão, como alguém que pode e deve exercer seus direitos e deveres.

Fundamentação Teórica

Pode-se dizer que no Brasil, segundo Barboza (1995) os primeiros sinais de que a Educação Especial começou a ser vista foi em 1835 quando o deputado Cornélio Ferreira apresentou um projeto de lei à Assembleia visando o cargo de professor de primeiras letras para os surdos-mudos e os cegos, entretanto a história da Educação Especial tem relatos mais conhecidos a partir do século XIX quando foram criados em 1854, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e em 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

Aqui no Brasil a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é algo muito recente, começando através de medidas isoladas, individuais ou em grupo, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências são elementos que podemos identificar como parte integrante de políticas sociais a partir deste século. (MAZZOTA, 2005)

Em 1961 é criada a Lei 4024 que em seus artigos 88 e 89 trata da educação de excepcionais, em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), através do Decreto 72.425, que introduziu a Educação Especial no planejamento de políticas públicas, ao mesmo tempo em que iniciou a implantação de subsistemas de



Educação Especial nas diversas redes públicas de ensino, através da criação de escolas e classes especiais, e projetos de formação de recursos humanos especializados, inclusive no exterior (MAZZOTA, 2005 apud FERREIRA & GLAT, 2003).

“Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MEC-SEESP, 1998).

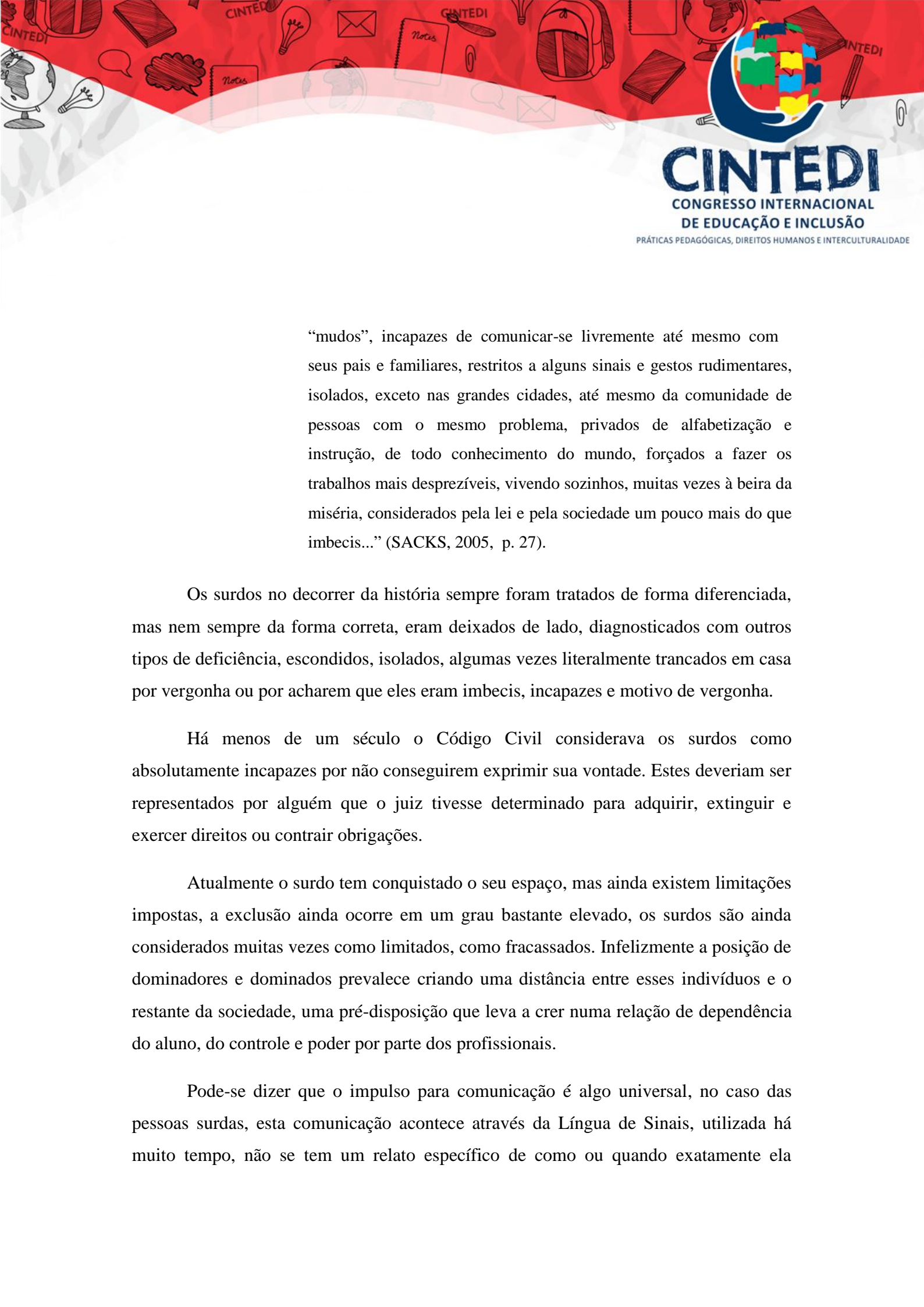
A inclusão não se dá apenas com um professor, mas uma prática da escola como um todo; a escola deve estar preparada para que a inclusão aconteça de fato e não apenas de nome. Inclusão só no papel não irá formar nada e nem ninguém, é claro que o professor tem uma contribuição de muito mais peso, mas se a inclusão não ocorrer de forma coletiva, então ela não aconteceu.

Metodologia

A pesquisa foi realizada através da observação, leitura e análise de textos que envolvem o tema observando diferentes autores. Para estudar e complementar este tema foi adotada, além da pesquisa bibliográfica, utilizando-se de fontes como livros, revistas, periódicos, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, ainda buscou-se o auxílio de mídias disponíveis na internet. Todo material e levantamento da bibliografia serviram de base para um bom desenvolvimento do tema proposto.

O Sujeito Surdo, Língua de Sinais e o trabalho com Deficiente Auditivo

“A situação da pessoa com surdez pré linguística antes de 1750 era de fato uma calamidade, incapazes de desenvolver a fala, e, portanto



“mudos”, incapazes de comunicar-se livremente até mesmo com seus pais e familiares, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares, isolados, exceto nas grandes cidades, até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo problema, privados de alfabetização e instrução, de todo conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade um pouco mais do que imbecis...” (SACKS, 2005, p. 27).

Os surdos no decorrer da história sempre foram tratados de forma diferenciada, mas nem sempre da forma correta, eram deixados de lado, diagnosticados com outros tipos de deficiência, escondidos, isolados, algumas vezes literalmente trancados em casa por vergonha ou por acharem que eles eram imbecis, incapazes e motivo de vergonha.

Há menos de um século o Código Civil considerava os surdos como absolutamente incapazes por não conseguirem exprimir sua vontade. Estes deveriam ser representados por alguém que o juiz tivesse determinado para adquirir, extinguir e exercer direitos ou contrair obrigações.

Atualmente o surdo tem conquistado o seu espaço, mas ainda existem limitações impostas, a exclusão ainda ocorre em um grau bastante elevado, os surdos são ainda considerados muitas vezes como limitados, como fracassados. Infelizmente a posição de dominadores e dominados prevalece criando uma distância entre esses indivíduos e o restante da sociedade, uma pré-disposição que leva a crer numa relação de dependência do aluno, do controle e poder por parte dos profissionais.

Pode-se dizer que o impulso para comunicação é algo universal, no caso das pessoas surdas, esta comunicação acontece através da Língua de Sinais, utilizada há muito tempo, não se tem um relato específico de como ou quando exatamente ela



surgiu. O fato dessa língua ser natural para o surdo, mostra que ela precisa ser aceita e utilizada não só por eles, mas pela família, pelos amigos e pela sociedade em geral, existem muitos casos em que o próprio surdo sequer tem conhecimento de que esta língua existe e sua família tampouco.

Em alguns casos muitas famílias insistem em apresentar apenas o oralismo¹ aos surdos, não permitindo o contato do surdo com a sua língua natural e com outros surdos, evitando que este aprenda a sua língua e se perceba como pessoa surda. Existem ainda casos em que a família proíbe o uso da língua de sinais obrigando que este se comunique apenas através do oralismo.

Quando o surdo não tem o direito de utilizar sua língua natural e muitas vezes é “obrigado” a falar e “ouvir” através do oralismo, ele está sendo agredido e privado de se desenvolver em diferentes aspectos. Por muito tempo acreditou-se que a língua de sinais atrapalharia o surdo no seu desenvolvimento, mas estudos e pesquisas mais recentes mostram e provam o contrário, “*é o não uso da língua de sinais que atrapalha o desenvolvimento e aprendizagem de outras línguas pelo surdo*”. (GESSER, 2010, p.58)

Historicamente o trabalho com o deficiente auditivo passou por várias mudanças, mas nenhuma delas buscou de fato beneficiar o aluno surdo. Sabe-se que a língua de sinais é o melhor meio e o que mostra significativos resultados para o ensino destes. Atualmente trabalhar com surdos parece algumas vezes algo sem relevância, pesado ou comparado ao comum (trabalho com alunos ouvintes). Pode-se dizer que tal situação, que essas dificuldades se dão, em função do despreparo dos educadores atuantes em classes de ensino regular.

¹ “Oralizar é sinônimo de negação da língua dos surdos. É sinônimo de correção, de imposição de treinos exaustivos, repetitivos e mecânicos da fala.” (GESSER, 2010, p.50)

Muitos professores recebem alunos surdos sem saber a língua de sinais, sem conhecer o trabalho com deficientes auditivos, sem preparo para lidar com esta situação, em muitos casos existe um pré-conceito que impossibilita qualquer trabalho ou mesmo a ideia de realizar este trabalho.

O professor precisa ter consciência do trabalho com o surdo, precisa vê-lo como capaz e não criar uma barreira de preconceito antes mesmo de ter contato com esses alunos. É preciso que o surdo seja visto além da sua surdez, ele precisa ser visto como alguém que pode e deve aprender desde que haja credibilidade na sua capacidade para isso.

Os Métodos de Ensino ao longo da história

Um dos primeiros, senão o primeiro a descobrir a capacidade do surdo em aprender foi Girolamo Cardano (1501–1576), ele reconheceu publicamente que o surdo tinha habilidade em raciocinar, que a surdez não era um obstáculo para que o surdo adquirisse conhecimento.

O abade Charles Michel de L'Épée começou a ensinar surdos por razões religiosas, ao observar os surdos que mendigavam pelas ruas de Paris interessou-se pela Língua de Sinais que estes utilizavam e teve a ideia de ensinar-lhes a Palavra de Deus. L'Épée aprendeu a língua por eles utilizadas a fim de criar um método para que pudesse ensinar-lhes, este é um personagem que teve uma grande e importante participação no desenvolvimento e na possibilidade de comunicação entre surdos e ouvintes.

Embora houvesse resultados visivelmente satisfatórios na utilização do método da língua de sinais, surgiu na Alemanha nesta mesma época o método oral, defendido e utilizado por Samuel Heinick, culminando em 1880, no Congresso de Milão, a abolição da língua de sinais e proibido o seu uso em qualquer situação, tornando o método oral



como única forma de comunicação e ensino dos surdos. O oralismo predominou até a década de sessenta quando Stokoe através de seus estudos comprovou que a língua de sinais possuía estrutura gramatical e autonomia assim como as línguas orais. Com a descoberta de Stokoe, surgiram outros estudos comprovando a importância da língua de sinais na vida das pessoas surdas.

Em 1968 surge então a filosofia da Comunicação Total que consistia em utilizar tanto a língua de sinais como o oralismo defendendo que a comunicação e não somente a língua deveria ser privilegiada.

A partir da década de setenta, percebeu-se que a língua de sinais deveria ser utilizada independente do uso da língua oral, desta forma surge a filosofia Bilíngue, esta tomou força e proporção a partir da década de oitenta e vem sendo cada vez mais disseminada pelos países do mundo.

No Brasil, no ano de 2002, obtivemos uma grande vitória em relação à língua de sinais, foi aprovada a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que reconhece a LIBRAS sendo língua como meio de comunicação e expressão.

Muitos acreditam que exista somente uma forma de ensinar o aluno com surdez, seja a surdez leve, moderada ou profunda. Os recursos pedagógicos precisam focar na dificuldade que envolve o surdo que é principalmente a comunicação falha, que muitas vezes não ocorre dentro de suas próprias casas, o surdo chega à escola muitas vezes sem saber quem e o que ele é, que ele é um ser humano, parte integrante do mundo e que pode sim aprender e adquirir conhecimento.

Considerações Finais

A partir da leitura deste trabalho, podemos entender que esta é uma área que em muito tem a ensinar e transmitir conhecimento, as contribuições que ao longo dos anos de alguma forma ajudaram que preconceitos, ideias e opiniões formadas fossem quebrados, mudados. Cada conquista, vitória envolvendo os surdos tiveram e ainda tem muita influência ainda hoje e com certeza servem de base para que futuramente atitudes que ainda persistem atualmente que surdo não pode, não aprende seja totalmente extinta e que a sociedade seja transformada e se permita conhecer e inteirar-se deste mundo tão diferente e maravilhoso.

“As crianças que não são expostas a uma língua, através das relações sociais, do diálogo, não internalizam todo o instrumental linguístico necessário para o desenvolvimento do pensamento, provocando assim dificuldades cognitivas, como a possibilidade de falar sobre assuntos ausentes ou abstratos que é um dos elementos da língua, o deslocamento.” (GODFIELD, 1997, p.102).

Tanto o oralismo como a língua de sinais são possibilidades e cada caso deve ser avaliado, o que não se pode e não se deve nunca é privar o surdo do uso da sua língua natural, a língua de sinais, prejudicando seu desenvolvimento emocional, social e intelectual.

Vale ressaltar que aos surdos devem ser dadas oportunidades, oportunidade de desenvolver-se linguisticamente, pedagogicamente e como cidadãos, se esse desenvolvimento ocorrer pela Língua de Sinais, estará lhes possibilitando isso.

Referências Bibliográficas

BARBOZA, Heloisa Helena e MELLO, Ana Cláudia P. Teixeira. O surdo este desconhecido: Incapacidade absoluta do surdo-mudo. Rio de Janeiro, RJ: Folha Carioca Editora LTDA.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenha. *Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira - Inclusão: revista de educação especial*, Brasília, Out. 2005, p.35-39

GOLDFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

MAZZOTA, Marcos J. S. *Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas*. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

QUADROS, Ronice Müller. *Estudos Surdos I*. Petrópolis – RJ: Arara Azul, 2006.

ROCHA, Solange. *O INES e a Educação de Surdos no Brasil – Aspectos da Trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu Percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988 – tradução Laura Teixeira Motta.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? / Carlos Skliar; [tradução, Giane Lessa]*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.

SOARES, Maria Aparecida Leite. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.